



Brasília-DF, 13 de junho de 2025

## Reunião trimestral da CNTI e Federações



Conforme calendário definido no início do ano, a CNTI se reuniu com as Federações do Plano e sindicatos através da plataforma ZOOM, ocasião em que debateram diversos assuntos.

No início da reunião o presidente José Reginaldo fez uma breve introdução das ações desenvolvidas pela entidade que estarão presentes no relatório, com destaque para as ações no Judiciário em especial o acompanhamento as entidades sindicais junto a RJ da COTEMINAS.

Na sequência do Dr. Cristiano Meira, advogado da NCST fez uma apresentação dos DESAFIOS DO MOVIMENTO SINDICAL, no Legislativo e Judiciário. Enfatizou que sua atuação no movimento sindical sempre foi em defesa do Sistema Confederativo. Chama a atenção para que o coletivo decida se quer manter esse sistema, caso afirmativo, as entidades de base devem contribuir para sua manutenção, que, segundo sua visão continua em perigo devido aos projetos de leis que ainda estão tramitando no Congresso com apoio de algumas Centrais.

Também esclareceu que o Projeto de Lei n. 1663/2023 aprovado na Câmara Federal, trata apenas da Contribuição Sindical, alertando a todos que a Contribuição Negocial, conforme entendimento do STF decorre de uma negociação coletiva devendo as entidades seguir os trâmites legais e aprovarem o valor e a forma de oposição em assembleia.

Na sequência, Sonia Zerino relata acerca das cinco conferências livres regionais organizadas por sua Secretaria, sobre Igualdade no Mundo do Trabalho, Autonomia Econômica e Política do Cuidado. Enviar para as companheiras e os companheiros das federações a ficha de inscrição online e o material das conferências livres. Convoca todas e todos para participarem.

Vários companheiros pediram a palavra e demonstraram a importância da Confederação na luta e defesa dos direitos dos(as) trabalhadores(as) e do Sistema Confederativo.

Ato contínuo, o presidente Reginaldo demonstrou a importância da ação sindical e a necessidade de campanhas para o fortalecimento de sua estrutura, destacando a relevância de temas como redução de jornada, taxação de super-ricos e isenção de imposto de renda. Ele também enfatizou a necessidade de enfrentar a sindicatofobia, o antissindicalismo e a importância de se discutir questões ambientais e de saúde e segurança no local de trabalho. Por fim, ressaltou a necessidade de ação direta pela base e a importância das Confederações na estrutura sindical.

Outros companheiros também aproveitaram o momento e falaram sobre suas negociações coletivas, o quanto cada uma delas é importante para os trabalhadores e seus familiares, trazendo ganhos, para além dos econômicos com avanços sociais significativos.

Finalizando, o presidente Reginaldo informou que iniciativas acerca de energia renovável e ambientais estão sendo desenvolvidas pela CNTI. Destacou, também que no ano de 2026 a entidade completará 80 anos e está em desenvolvimento uma programação preparatória desta comemoração. Agradeceu o apoio costumeiro, colocando-se à disposição de todas as entidades no enfrentamento da luta por manutenção e conquista de direitos à classe trabalhadora.

## CNTI defende regulamentação mais segura na mineração durante evento do MPF e MPT

*Presidente José Reginaldo Inácio alerta para riscos socioambientais e trabalhistas e reforça a necessidade de um marco regulatório que priorize a vida*



Nesta quinta-feira (12/06), o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI, **José Reginaldo Inácio**, participou do evento **"Mineração e Regulamentação: em busca da Segurança Socioambiental"**, promovido pelo



Brasília-DF, 13 de junho de 2025

**Ministério Público Federal (MPF) e Ministério Público do Trabalho (MPT).** O debate, realizado em Brasília, discutiu a revisão das normas de mineração (NRM-1, NRM-22 e Resolução ANM nº 95/2022) e seu alinhamento à **Lei nº 14.514/2022**, que trata da segurança de barragens.

### "Não podemos repetir tragédias como Mariana e Brumadinho"

Em seu discurso no **Painel Estratégico 2**, Reginaldo destacou a **urgência de normas mais rígidas** para proteger trabalhadores, comunidades e o meio ambiente. Ele lembrou que a **CNTI já alertava sobre os riscos da flexibilização regulatória antes do desastre de Mariana (2015)** e reforçou:

*"O aproveitamento mineral no Brasil só será sustentável se houver um marco legal que não priorize a produção a qualquer custo, mas sim a vida dos trabalhadores e a preservação ambiental."*

O presidente da CNTI citou ainda a pesquisa **"Estado de Acidente – A Legitimação Regulamentada da Morbidade e da Letalidade no Ambiente de Trabalho da Mineração"**, aprovada pelo CNPQ, que evidencia os **graves riscos ocupacionais** em minas subterrâneas, incluindo a exposição a **15 agentes patogênicos** acumulados em um mesmo espaço.

### CNTI apresentará propostas para regulamentação mais segura

Reginaldo afirmou que a CNTI **encaminhará contribuições técnicas** para a atualização das normas minerárias, defendendo:

- **Maior rigor na fiscalização** de barragens e minas subterrâneas;
- **Proteção ampliada** contra agentes químicos e físicos que afetam a saúde dos trabalhadores;
- **Fortalecimento da participação coletiva e social** para garantir voz ativa aos sindicatos nas decisões regulatórias.

O evento, que também antecede a **COP30** (Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas), contou com a participação de **auditores fiscais, acadêmicos, sindicalistas e representantes do setor público**, reforçando a necessidade de um **diálogo intersetorial** para evitar novos desastres.

**#MineraçãoSegura #CNTI #TrabalhoDigno #MeioAmbiente**

[Clique AQUI](#) e acesse mais fotos do evento

Assessoria de Imprensa da CNTI

## OIT: presidente e ministros do TST reforçam importância do diálogo tripartite

*Conferência Internacional do Trabalho ocorre em Genebra, na Suíça*



O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Aloysio Corrêa da Veiga, e os ministros Sérgio Pinto Martins e Fabrício Gonçalves participaram do diálogo social tripartite global do setor bancário na 113ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra. O evento teve como tema central "Eventos Climáticos Extremos, Mulheres e Diversidade em Negociações Coletivas".

A participação dos ministros brasileiros reforçou o compromisso do país com a promoção de práticas inclusivas e sustentáveis no ambiente de trabalho, que enfrenta desafios relacionados às mudanças climáticas e à diversidade de gênero. Durante o diálogo social, os ministros enfatizaram a importância de incluir as questões ambientais e a representatividade feminina nas negociações coletivas, para garantir que os direitos dos trabalhadores sejam protegidos.

### Ministro Aloysio Corrêa da Veiga na OIT

O ministro Aloysio Corrêa da Veiga destacou a relevância do diálogo tripartite — que envolve representantes de governos, empregadores e trabalhadores — como instrumento fundamental para a construção de soluções conjuntas e equitativas e destacou iniciativas que vêm sendo implementadas no Brasil e que podem servir de exemplo para outros países.

A presença dos ministros no plenário da OIT simboliza o engajamento do Brasil na agenda internacional de trabalho decente, mostrando que a Justiça do Trabalho brasileira está atenta às novas demandas

**Brasília-DF, 13 de junho de 2025**

sociais e ambientais que impactam o mundo do trabalho.

Fonte: TST

## **Nota de repúdio das centrais sindicais à prisão de Cristina Kirchner**



### **NOTA DE REPÚDIO**

Genebra, 11 de junho de 2025

As centrais sindicais brasileiras, reunidas em Genebra no âmbito da 113ª Conferência Internacional do Trabalho da OIT, vêm a público manifestar seu mais veemente repúdio à decisão da Justiça argentina que decretou a prisão da ex-presidenta Cristina Fernández de Kirchner.

Trata-se de uma clara ofensiva política que atenta contra o Estado Democrático de Direito e a soberania do povo argentino. Cristina Kirchner é uma liderança legitimamente reconhecida por sua luta em defesa dos direitos sociais, da inclusão e da justiça para os mais pobres. Sua perseguição jurídica se insere em um preocupante cenário de lawfare que vem se repetindo em diversos países da América Latina, com o objetivo de criminalizar lideranças populares e impor retrocessos sociais.

A prisão de Cristina Kirchner representa uma afronta à democracia e aos avanços conquistados pelos trabalhadores e trabalhadoras durante seus mandatos. Não se pode permitir que o sistema judicial seja instrumentalizado para fins políticos, ignorando princípios fundamentais do devido processo legal e da presunção de inocência.

Neste momento grave, nos solidarizamos com os movimentos sociais, centrais sindicais e partidos progressistas da Argentina que denunciam mais essa tentativa de silenciar a voz do povo. A história não perdoará os que usam a toga para golpear a democracia.

**Cristina Kirchner livre!**

Assinam:

Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST  
Central Única dos Trabalhadores – CUT  
Força Sindical – FS  
União Geral dos Trabalhadores – UGT  
Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB  
Central dos Sindicatos Brasileiros – CSB

Fonte: NCST

## **Protagonismo institucional dos sindicatos; por João Guilherme**



Preocupados com o que consideram o excesso de ações trabalhistas nos tribunais, o presidente do STF, Luís Roberto Barroso e seu decano Gilmar Mendes, têm se manifestado sobre o descalabro das homologações rescisórias nas demissões.

O presidente vem defendendo a necessidade de acordos prévios envolvendo as partes, o que diminuiria a litigiosidade e, como consequência, o número de processos.

Mas o decano tem sido mais acurado ao defender a participação dos sindicatos de trabalhadores nas homologações de demissões, que havia sido impugnada pela deforma trabalhista.

A participação institucional dos sindicatos tem sido bandeira e prática das direções sindicais, que resistem às limitações provocadas pela deforma e já apoiaram em nota conjunta das centrais o posicionamento do ministro Gilmar Mendes.

Esta discussão interessa a todo movimento sindical, principalmente em uma situação de conflito entre o STF e a própria Justiça do Trabalho, assumindo o Supremo, cada vez mais, uma participação recursiva nos temas trabalhistas.

O protagonismo institucional dos sindicatos nas relações do trabalho (muito mais do que, é claro, nas negociações salariais), negado e menorizado na deforma, tem que ser reafirmado em todas as ocasiões, seja no próprio Judiciário, no Legislativo e no governo.

*João Guilherme Vargas Netto é consultor sindical*

Fonte: Rádio Peão Brasil



Brasília-DF, 13 de junho de 2025

## Haddad: objetivo com medidas é reduzir gasto tributário em 5% dos R\$ 800 bi estimados

*Em relação ao setor financeiro, Haddad repetiu que está sendo feita uma equalização da tributação*

Marcelo Camargo/Agência Brasil



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse nesta quinta-feira, 12, que o objetivo do governo com o conjunto de medidas alternativas ao decreto que aumentava o Imposto sobre Operações financeiras (IOF) é de reduzir o gasto tributário em 5% do total de R\$ 800 bilhões estimados para este ano. As declarações foram feitas a jornalistas quando Haddad chegou à sede da Pasta na manhã desta quinta-feira, 12.

Ele reforçou que as medidas que constam na Medida Provisória (MP) publicada na noite de quarta-feira, 11, não representam aumento de impostos, mas correção de distorções. Em relação à tributação das bets – que será elevada de 12% para 18% – Haddad disse que só houve a retomada da proposta original da Fazenda.

“Não tínhamos dimensão do setor de bets, do tamanho do setor. Esse setor hoje, entre o que recebe de apostas e o que paga de prêmios, eles estão tendo um lucro bruto de cerca de R\$ 40 bilhões anualizados. Não geram emprego, eu pessoalmente não gosto de jogo, não gosto de jogo. É uma coisa que deveria ser até repensada pelo Congresso Nacional. Desses R\$ 40 bilhões, eles devem gerar alguma coisa com menos do que R\$ 10 bilhões de impostos. Ou seja, uma alíquota melhor do que uma empresa normal”, ponderou.

Em relação ao setor financeiro, Haddad repetiu que está sendo feita uma equalização da tributação. Ele argumentou que não há sentido em uma fintech pagar menos imposto do que um banco se os serviços oferecidos são os mesmos e as instituições já estão em portes semelhantes.

A correção dessa distorção, avalia, vai tornar esse mercado mais competitivo. “Eu estou nivelando o pagamento de tributo pelas instituições financeiras, a partir de um determinado patamar, para criar as condições de concorrência”, reforçou.

“O que está afetando o mercado é a taxa Selic, e nós temos que criar as condições para ela começar a cair. E esse conjunto de medidas ajuda a criar um ambiente econômico para fazer cair aquilo que está fora de lugar, completamente fora de lugar”, disse.

Fonte: Estadão Conteúdo

## Aprovado incentivo à inclusão de mulheres acima de 50 anos no mercado de trabalho

Saulo Cruz/Agência Senado



*Para Dr. Hiran, favorável à proposta, dificuldade da mulher no acesso a emprego também prejudica Previdência e economia*

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou nesta quarta-feira (11)

um projeto de lei que estimula a inserção no mercado de trabalho de mulheres acima de 50 anos. A proposta do senador Weverton (PDT-MA) recebeu relatório favorável do senador Dr. Hiran (PP-RR) e segue para a Câmara dos Deputados, se não houver recurso ao Plenário do Senado.

O PL 375/2023 acrescenta no Programa Emprega + Mulheres (Lei 14.457, de 2022) o incentivo a projetos, cursos e iniciativas empresariais para o aprimoramento profissional, a manutenção do emprego e a inserção no mercado de trabalho de mulheres com mais de 50 anos.

O Emprega + Mulheres, em vigor desde 2022, atualmente tem como foco a empregabilidade de mulheres com deficiência, mães de pessoas com deficiência ou chefes de famílias monoparentais. O PL 375/2023 inclui nessa lista as trabalhadoras com mais de 50 anos, por meio da atuação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac).

A lei em vigor já prevê o estímulo à matrícula de mulheres em cursos de qualificação, em todos os níveis e áreas de conhecimento. A prioridade é para trabalhadoras hipossuficientes e vítimas de violência doméstica.

Uma emenda aprovada pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) e acolhida nesta quarta-feira pela CAS inclui as mulheres com mais de 50 anos entre aquelas com prioridade nas matrículas. Para o relator, a mudança pretende assegurar boas oportunidades profissionais às mulheres daquela faixa etária.

— Caso não se reduzam as dificuldades enfrentadas pelas mulheres acima de 50 anos para acessar o mercado de trabalho, não somente os direitos humanos desse segmento da população serão violados, mas também haverá consequências prejudiciais graves em outros setores, como previdência social e economia — disse Dr. Hiran.

Fonte: Agência Senado